

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Tecidos Santanense (“Companhia”) é uma companhia aberta, cujas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob as siglas “CTSA3” e “CTSA4”. A Companhia é controlada pela Oxford Comércio e Participações S.A. (“Oxford”) e sediada na avenida Osmane Barbosa, número 1.235, em Montes Claros, MG. A Companhia e a controlada Santanense Argentina S.A. têm por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. A Companhia possui ainda a controlada operacional, Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda., cujo objetivo é a administração de imóveis para investimento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de março de 2021.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional das suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira da sucursal Argentina incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia possuem moeda funcional diferente da moeda de apresentação e são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do exercício como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e despreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia despreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia despreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros.

Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adotou a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(f) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(g) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de “Ajuste acumulado de conversão” no patrimônio líquido e também apresentado como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente.

(h) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(i) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do exercício.

(j) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil

estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (Pequena Central Hidroelétrica)	25 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(k) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(l) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(m) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros-- Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com estes ativos, reconhecidas em outros períodos, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(n) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

(o) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(p) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(q) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(r) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não possui potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(s) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”.

(t) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(u) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c e nº 4), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.j e nº 8), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.m, nº 5.a, nº 8 e nº 9), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.i e nº 7), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.q e nº 16), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.n e nº 14), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 17) e outras similares.

De acordo com os Ofícios Circulares emitidos pela CVM e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, revisamos nossas estimativas contábeis relacionadas acima e mencionamos as nossas avaliações nas respectivas notas, quando aplicável, como também, relacionamos os reflexos identificados no exercício de 2020 em razão dessa nova realidade econômica na nota explicativa nº 22.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“Santanense Empreendimentos”) e Santanense Argentina S.A., das quais possui 100% do capital social.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementadas com a eliminação do investimento na empresa controlada, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial para os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e apresentado como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente. As práticas contábeis da controlada sediada no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações financeiras da empresa controlada sediada no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Peso Argentino vigente em 31 de dezembro de 2020, de R\$0,0618 (R\$0,0673 em 31 de dezembro de 2019) e pela média mensal para as contas de resultado.

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

- a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020.

EMENDA CPC 06 R2 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da Covid-19 para arrendatários, com isso não tratando como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

A Companhia não identificou impactos nas demonstrações financeiras em adequação a esta emenda.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Depósitos bancários	2.498	1.667	2.498	1.667
Operações compromissadas	1.841	3.296	1.864	3.324
Depósitos no exterior	-	-	8	9
Cambiais a liquidar	8.467	6.473	8.467	6.473
	-----	-----	-----	-----
	12.806	11.436	12.837	11.473
	=====	=====	=====	=====

4. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Clientes no mercado interno	106.711	104.686
Clientes no mercado externo	28.125	30.583
-----	-----	-----
	134.836	135.269
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(19.932)	(18.499)
-----	-----	-----
	114.904	116.770
=====	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 87 dias (89 dias em 31 de dezembro de 2019).

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 3.600 clientes ativos em 31 de dezembro de 2020 e apenas um cliente representa 3% ou mais da receita de vendas ou do contas a receber.

Os valores vencidos estão apresentados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
A vencer	105.605	99.776
Vencidas até 30 dias	2.646	6.936
Vencidas de 31 a 60 dias	1.266	3.428
Vencidas de 61 a 90 dias	1.095	2.345
Vencidas de 91 a 180 dias	1.401	1.586
Vencidas acima de 180 dias	22.823	21.198
-----	-----	-----
	134.836	135.269
=====	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2020, considerando as prorrogações e recebimentos e informações subsequentes à essa data até a divulgação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	(18.499)	(17.862)
Adições	(879)	(637)
Variação cambial	(554)	-
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(19.932)	(18.499)
	=====	=====

5. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Matérias-primas e secundários	35.069	24.563
Produtos em elaboração	27.655	19.034
Produtos acabados	18.116	46.247
Peças de reposição	19.499	26.671
	-----	-----
	100.339	116.515
	=====	=====

Os grupos de estoques de matéria prima, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos. Em 31 de dezembro de 2020, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques. Os custos de ociosidade (inclusive as perdas em função do COVID-19) são reconhecidos diretamente no resultado do exercício e não são considerados no custo de produção.

b. Adiantamentos a fornecedores

Referem-se substancialmente a pagamentos efetuados pela controladora indireta à fornecedores de algodão, repassados para a Companhia a preço de mercado, entre outros adiantamentos, e serão entregues como segue:

Ano	Controladora e consolidado	
	2020	2019
2020	-	13.117
2021	27.859	12.043
2022	25.698	12.043
2023	6.301	6.301
	-----	-----
	59.858	43.504
Circulante	(27.859)	(13.117)
	-----	-----
Não circulante	31.999	30.387
	=====	=====

6. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Patri-mônio líquido	Partici-pação - %	Resultado do exercício	Total dos investimentos		Equivalência patrimonial	
				2020	2019	2020	2019
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.							
	36.165	100	455	36.165	35.710	455	(676)
Santanense Argentina S.A.	(55)	100	-	(55)	(61)	-	(6)
				-----	-----	-----	-----
				36.110	35.649	455	(682)
				=====	=====	=====	=====
 Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.							
	35.710			455		-	36.165
Santanense Argentina S.A.	(61)			-	6	(55)	
				-----	-----	-----	-----
				35.649	455	6	36.110
				=====	=====	=====	=====
 Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.							
	36.386			(676)		-	35.710
Santanense Argentina S.A.	(81)			(6)		26	(61)
				-----	-----	-----	-----
				36.305	(682)	26	35.649
				=====	=====	=====	=====

7. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	2020			2019
	Imóveis Itaúna (1)	Outros imóveis (2)	Total	Total
Custo residual do imóvel	1.250	22	1.272	1.272
Mais valia apurada	28.926	5.914	34.840	34.794
	-----	-----	-----	-----
Valor justo	30.176	5.936	36.112	36.066
	=====	=====	=====	=====

A movimentação dos saldos de propriedades para investimento é conforme segue:

	Imóveis Itaúna (1)	Outros imóveis (2)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	30.176	7.360	37.536
Baixas	-	(1.481)	(1.481)
Variação do valor justo (a)	-	11	11
	=====	=====	=====
Saldos em 31 de dezembro de 2019	30.176	5.890	36.066
Variação do valor justo (a)	-	46	46
	=====	=====	=====
Saldos em 31 de dezembro de 2020	30.176	5.936	36.112
	=====	=====	=====

(a) Valores lançados no resultado dos respectivos exercícios.

A Companhia obteve avaliações efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em “Outros resultados abrangentes”, na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do exercício quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

(1) Imóveis Itaúna: Em 2018, a controlada Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. deu início à elaboração de projeto conjunto com construtora parceira, para a instalação de loteamentos nos terrenos localizados na região de Itaúna, em Minas Gerais. A controlada prevê ceder seus terrenos para a instalação de loteamentos, em contrapartida à aproximadamente 36,5% de participação no valor total de vendas do referido loteamento, líquidos de impostos e comissões de venda. Com o direcionamento destes imóveis para este novo projeto, os valores dos terrenos foram transferidos para a rubrica “Propriedades para investimento”, avaliados ao valor justo.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2020	2019
Custo residual do imóvel	1.250	1.250
Mais valia apurada (a)	28.926	28.926
	=====	=====
Valor justo (b)	30.176	30.176
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$1.947 (R\$1.947 em 31 de dezembro de 2019). Vide nota explicativa nº 14.b às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudos de avaliação efetuados por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(2) Outros imóveis: Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento e são assim compostos:

	2020	2019
Custo residual do imóvel	22	22
Mais valia apurada (a)	5.914	5.868
-----	-----	-----
Valor justo (b)	5.936	5.890
=====	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$398 (R\$394 em 31 de dezembro de 2019). Vide nota explicativa nº 14.b às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudos de avaliação efetuados por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

8. IMOBILIZADO

Taxa (*) %	Controladora e consolidado			
	2020		2019	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	- 1.440	- 1.440	1.440	1.440
Edifícios	2,3 59.653	(33.268)	26.385	26.594
Instalações	3,6 57.851	(42.510)	15.341	16.030
Máquinas e equipamentos	4,2 177.974	(123.734)	54.240	61.730
Usina hidroelétrica	3,1 20.176	(11.251)	8.925	9.432
Móveis, utensílios e outros	3,3 44.076	(33.391)	10.685	1.463
Obras em andamento	- 25.114	- 25.114	10.234	
	-----	-----	-----	-----
	386.284	(244.154)	142.130	126.923
	=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa que contempla todos os seus ativos imobilizados e é representada basicamente por um único produto: “tecidos planos”.

Tendo em vista sua rentabilidade e geração de caixa, inclusive considerando os impactos do COVID-19, a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usina hidroelétrica	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.440	26.594	16.030	61.730	9.432	1.463	10.234	126.923
Adições	-	-	248	538	65	117	18.471	19.439
Baixas líquidas	-	-	(207)	(524)	-	(113)	-	(844)
Transferências								
- Imobilizado	-	1.105	1.182	1.385	-	(81)	(3.591)	-
- Peças de reposição	-	-	-	5.863	-	1.606	-	7.469
- Bens cedidos em comodato	-	-	-	(8.061)	-	8.061	-	-
- Bens recebidos em comodato	-	-	-	-	-	640	-	640
Depreciação do exercício	-	(1.314)	(1.912)	(6.691)	(572)	(1.008)	-	(11.497)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.440	26.385	15.341	54.240	8.925	10.685	25.114	142.130
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usina hidroelétrica	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.440	27.667	17.479	68.794	9.134	1.636	8.074	134.224
Adições	-	-	45	412	887	179	2.904	4.427
Baixas líquidas	-	-	(35)	(232)	-	(58)	(68)	(393)
Transferências								
- Imobilizado	-	230	404	30	(2)	14	(676)	-
Depreciação do exercício	-	(1.303)	(1.863)	(7.274)	(587)	(308)	-	(11.335)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.440	26.594	16.030	61.730	9.432	1.463	10.234	126.923
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Obras em andamento correspondem principalmente a modernização de máquinas e equipamentos.

9. DIREITOS DE USO

A composição dos direitos de uso sobre arrendamentos contratados é como segue:

	Controladora e consolidado			
	2020		2019	
	Taxa (*) % a.a.	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Imóveis	36,1	1.820	(1.252)	568
Veículos	70,1	928	(642)	286
	=====	=====	=====	=====
		2.748	(1.894)	854
		=====	=====	1.359
		=====	=====	=====

(*) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos saldos consolidados dos direitos de uso no exercício foi como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.194	165	1.359
Adições (1)	-	412	412
Amortização do exercício	(626)	(291)	(917)
	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2020	568	286	854
	=====	=====	=====
	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 R2 (2)	1.820	465	2.285
Adições (1)	-	51	51
Amortização do exercício	(626)	(351)	(977)
	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.194	165	1.359
	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Vide nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras sobre adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 R2.

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores no mercado interno	41.966	39.671	41.966	39.671
Fornecedores no mercado externo	641	2.688	659	2.707
	-----	-----	-----	-----
	42.607	42.359	42.625	42.378
	=====	=====	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 40 dias (42 dias em 31 de dezembro 2019).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Juros - % a.a.	Vencimento	Controladora e consolidado	
				2020	2019
Moeda estrangeira:					
Banco Safra S.A.	US\$	5,7	2021	16.410	7.328
Banco Industrial do Brasil S.A.	US\$	7,9 e 8,0	2020	-	10.958
ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A.	US\$	8,0	2021	44.096	-
				-----	-----
				60.506	18.286
Moeda nacional:					
Banco do Brasil - Finame	R\$	2,5 a 5,5	2023	855	1.529
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	15,8	2022	819	819
Banco do Brasil - CDC	R\$	7,2 e 7,3	2021	19.632	19.630
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$	4,3 + CDI	2022	63.980	81.838
Banco Safra S.A. - CCB	R\$	6,8 e 7,4 + CDI	2024	15.040	7.984
Banco do Brasil S.A. - CCB	R\$	294,0 do CDI	2022	37.242	44.005
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	7,0 + CDI	2022	15.051	4.349
Banco Pine S.A.	R\$	7,8 e 8,3 + CDI	2021	5.685	11.736
Caixa Econômica Federal - CCB	R\$	166,3 do CDI	2022	12.885	21.843
Banco Sofisa S.A. - CCB	R\$	6,7 + CDI	2024	10.056	-
Banco BOCOM BBM - CCB	R\$	7,0 + CDI	2023	10.123	-
Banco ABC do Brasil - CCB	R\$	3,9 + CDI	2022	10.005	-
Outros	R\$	-	2021	1.253	6.192
				-----	-----
				202.626	199.925
Total					
Circulante				263.132	218.211
				(189.822)	(128.825)
				-----	-----
Não circulante				73.310	89.386
				=====	=====

Os empréstimos são garantidos por aval, duplicatas a receber e imóveis no montante de R\$242.645 (R\$197.052 em 31 de dezembro de 2019).

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2021	2022	2023	2024	Total
Moeda estrangeira:					
Banco Safra S.A.	16.410	-	-	-	16.410
ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A.	44.096	-	-	-	44.096
	-----	-----	-----	-----	-----
	60.506	-	-	-	60.506
Moeda nacional:					
Banco do Brasil - Finame	410	411	34	-	855
Banco Fibra S.A. - CCE	9	810	-	-	819
Banco do Brasil - CDC	19.632	-	-	-	19.632
Banco ABC do Brasil S.A.	35.692	28.288	-	-	63.980
Banco Safra S.A. - CCB	6.945	2.857	2.857	2.381	15.040
Banco do Brasil S.A. - CCB	29.742	7.500	-	-	37.242
Banco Fibra S.A. - CCE	13.801	1.250	-	-	15.051
Banco Pine S.A.	5.685	-	-	-	5.685
Caixa Econômica Federal - CCB	8.127	4.758	-	-	12.885
Banco Sofisa S.A. - CCB	1.723	2.857	2.857	2.619	10.056
Banco BOCOM BBM - CCB	1.847	4.138	4.138	-	10.123
Banco ABC do Brasil - CCB	4.450	5.555	-	-	10.005
Outros	1.253	-	-	-	1.253
	-----	-----	-----	-----	-----
	129.316	58.424	9.886	5.000	202.626
	-----	-----	-----	-----	-----
Total	189.822	58.424	9.886	5.000	263.132
	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos empréstimos foi como segue:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	218.211	286.684
Novas captações ou renovações	188.228	138.140
Juros provisionados	19.447	26.347
Amortização de principal	(155.090)	(206.975)
Pagamento de juros	(16.757)	(28.101)
Variação cambial	7.803	1.414
Encargos antecipados, líquidos	1.290	702
	-----	-----
Saldo no final do exercício	263.132	218.211
	=====	=====

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está representado como segue:

	Nº de ações	
	2020	2019
Ordinárias	38.041.111	38.041.111
Preferenciais:		
PN	73.256.792	1.256.792
PND	1.227	1.227
	-----	-----
	111.299.130	39.299.130
	=====	=====

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de junho de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$30.000, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de Reserva de Retenção de Lucros, com emissão de 72.000.000 novas ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, dentro do limite do capital autorizado pelo Estatuto Social da Companhia, que serão distribuídas gratuitamente, a título de bonificação, a todos os acionistas titulares de ações de quaisquer espécies da Companhia, na proporção de 183,2101627% do total de ações que possuíam, na data de 1º de julho de 2020. As novas ações preferenciais emitidas, em bonificação, têm as mesmas características e direitos das ações preferenciais atualmente existentes e fazem jus a dividendos integrais que vierem a ser declarados no corrente exercício. O custo atribuído às ações bonificadas é de R\$0,4167 por ação e as novas ações preferenciais da Companhia foram creditadas nas posições dos acionistas em 6 de julho de 2020.

Todas as ações são nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações preferenciais e preferenciais classe "D" não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; e (b) direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária e o estatuto.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de junho de 2020, foi aprovada a proposta de dividendos intermediários no valor de R\$1.200, à conta de Reserva de Retenção de Lucros, correspondendo a R\$0,0304376 por ação ordinária e R\$0,0334818 por ação preferencial e preferencial classe "D", com pagamento a partir do dia 15 de julho de 2020, para todos os acionistas da Companhia com base no número de ações ordinárias, preferenciais e preferenciais classe "D" naquela data, ou seja, antes da bonificação mencionada no item "a" desta nota explicativa, sendo que tiveram direito ao dividendo intermediário os acionistas titulares de ações da Companhia na data de 1º de julho de 2020, e as ações de emissão da Companhia foram negociadas "ex-direito" ao dividendo a partir de 2 de julho de 2020.

No exercício de 2020 não foram apurados dividendos mínimos obrigatórios. O valor distribuído dos dividendos descritos acima será atribuído à Reserva de Lucros, apurados em exercícios anteriores.

A movimentação do saldo de dividendos a pagar foi como segue:

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	1.422	13.846
Dividendos distribuídos	1.200	-
Dividendos pagos	(731)	(4.315)
Dividendos creditados com mútuos	(675)	(8.109)
	-----	-----
Saldo no final do exercício	1.216	1.422
	=====	=====

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída anualmente nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Reserva de benefícios fiscais

A reserva de isenção de impostos foi constituída com base na redução de impostos estaduais.

e. Ajuste acumulado de conversão

É registrado como ajuste acumulado de conversão, a variação cambial de investimento no exterior, referente à controlada Santanense Argentina S.A.

f. Ajuste de avaliação patrimonial

É registrado como ajuste de avaliação patrimonial, o reflexo de controlada sobre a mais valia apurada no reconhecimento inicial das propriedades para investimento a valor justo, líquida de impostos (vide nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras).

13. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	2020	2019	2020	2019
Controladora:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS	77.844	35.878	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	-	-	4.819	3.706
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	2.073	1.844
Coteminas S.A.	-	-	12.968	8.674
	-----	-----	-----	-----
	77.844	35.878	19.860	14.224
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS	77.844	35.878	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	-	-	4.819	3.706
Coteminas Argentina S.A.	-	-	47	51
Coteminas S.A.	-	-	12.968	8.674
	-----	-----	-----	-----
	77.844	35.878	17.834	12.431
	=====	=====	=====	=====
Encargos financeiros receitas/(despesas)				
	2020	2019		
Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS	7.658	5.924		
Oxford Com. e Partic. S.A.	(498)	34		
Coteminas S.A.	(1.779)	(243)		
	-----	-----		
Total	5.381	5.715		
	=====	=====		

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do recurso.

Em 2020, a Companhia adquiriu produtos intermediários da parte relacionada Coteminas S.A., no valor de R\$31.377 (R\$18.232 em 2019). As transações são efetuadas a preços de mercado.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. e a Companhia possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os seus escritórios. Em 2020, foram efetuados pagamentos no valor de R\$516 (R\$475 em 2019).

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo aos diretores e pessoas-chave da Administração.

14. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes dos impostos	(9.775)	9.372	(9.716)	9.386
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(455)	682	-	-
Subvenção para investimentos	(9.712)	(15.108)	(9.712)	(15.108)
Outras, líquidas	314	598	314	598
-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(19.628)	(4.456)	(19.114)	(5.124)
Imposto de renda e contribuição social	6.674	1.515	6.499	1.742
Créditos fiscais não constituídos	(679)	(327)	(504)	(568)
Outras deduções	25	44	(34)	44
-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	6.020	1.232	5.961	1.218
=====	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro corrente	-	202	(59)	143
Impostos sobre o lucro diferido	6.020	1.030	6.020	1.075
=====	=====	=====	=====	=====

b. Impostos diferidos

Os valores de impostos diferidos, registrados nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais da controladora e de suas controladas e são compostos como segue:

	Reconhecidos				
	Saldos em 2019	no resultado	no patrimônio líquido	Outros	Saldos em 2020
Consolidado:					
Imposto diferido ativo:					
Diferenças temporárias	2.400	(348)	-	-	2.052
Prejuízo fiscal, líquido	19.939	3.893	-	-	23.832
Reclassificações para apresentação de balanço (1)	(22.339)	(2.180)	-	-	(24.519)
	-----	-----	-----	-----	-----
	-	1.365	-	-	1.365
Imposto diferido passivo:					
Propriedades para investimento (2)	(2.341)	(2)	-	(2)	(2.345)
Diferenças temporárias	(26.994)	2.477	-	(2)	(24.519)
Reclassificações para apresentação de balanço (1)	22.339	2.180	-	-	24.519
	-----	-----	-----	-----	-----
	(6.996)	4.655	-	(4)	(2.345)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total de impostos diferidos, líquido	(6.996)	6.020	-	(4)	(980)
	=====	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante	-	1.365	-	-	1.365
Total do passivo não circulante	(6.996)	4.655	-	(4)	(2.345)
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Reclassificações efetuadas para apresentação do balanço.

(2) Vide nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras.

A Companhia, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Total
2021	2.052	16	2.068
2022	-	754	754
2023	-	2.501	2.501
2024	-	2.899	2.899
A partir de 2025	-	17.662	17.662
	-----	-----	-----
	2.052	23.832	25.884
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	17.409	14.571	17.409	14.571
Pis e Cofins a recuperar (*)	72.618	83.485	72.618	83.485
INSS a recuperar	27	2.467	27	2.467
Imposto sobre valor agregado – IVA	-	-	-	1
Imposto de renda e contribuição social antecipados	1.854	1.392	1.873	1.397
Outros	156	98	160	98
	-----	-----	-----	-----
	92.064	102.013	92.087	102.019
Circulante	(8.745)	(4.011)	(8.768)	(4.017)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	83.319	98.002	83.319	98.002
	=====	=====	=====	=====

(*) Inclui montante de R\$72.570 (R\$83.485 em 31 de dezembro de 2019) relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS. Do montante original dos créditos, R\$44.875 foram habilitados junto a Receita Federal para compensação, remanescendo o valor de R\$38.675 para execução da sentença. Até 31 de dezembro de 2020, foi compensado o valor de R\$12.284.

15. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

Taxa % a.a.	Controladora e consolidado		
	Vencimentos	2020	2019
Imóveis	10,34	2021	627
Veículos	10,34	2022	293
		-----	-----
		920	1.427
Circulante		(883)	(845)
		-----	-----
		37	582
Não circulante		=====	=====

Os vencimentos dos arrendamentos são como segue:

	2021	2022	Total
Imóveis	660	-	660
Veículos	268	42	310
-----	-----	-----	-----
Total bruto	928	42	970
Ajuste a valor presente	(45)	(5)	(50)
-----	-----	-----	-----
Total de arrendamentos a pagar	883	37	920
=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	2020			2019
	Imóveis	Veículos	Total	Total
Saldo no início do exercício	1.254	173	1.427	-
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 R2 (*)	-	-	-	2.285
Adições	-	412	412	51
Encargos	100	21	121	196
Pagamentos	(727)	(313)	(1.040)	(1.105)
-----	-----	-----	-----	-----
Saldo no final do exercício	627	293	920	1.427
=====	=====	=====	=====	=====

(*) A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

Os efeitos no resultado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são como segue:

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Arrendamentos pagos no exercício	1.040	1.105
Amortização de direitos de uso	(917)	(977)
Juros apropriados sobre arrendamentos	(121)	(196)
-----	-----	-----
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	2	(68)
=====	=====	=====

A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, considerando os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

16. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$7.306 e R\$489, respectivamente (R\$2.288 e R\$336 respectivamente, em 31 de dezembro de 2019).

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Processos fiscais:		
INSS	593	593
Imposto de renda	1.075	1.075
Trabalhistas	310	335
Cíveis e outras	154	153
	-----	-----
	2.132	2.156
	=====	=====
Depósitos judiciais relacionados		
aos processos acima	1.802	1.818
Outros depósitos judiciais	3.834	1.369
	-----	-----
	5.636	3.187
	=====	=====

INSS--Discussão administrativa referente a lançamento fiscal contra Companhia.

Imposto de renda--A Companhia questiona judicialmente a limitação de 30% nas compensações de prejuízos fiscais referentes ao ano calendário 1994.

Trabalhistas--A Companhia é polo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

As movimentações do saldo das provisões diversas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2019	Adições	Baixas	Saldos em 2020
Processos fiscais:				
INSS	593	-	-	593
Imposto de renda	1.075	-	-	1.075
Trabalhistas	335	158	(183)	310
Cíveis e outras	153	1	-	154
	-----	-----	-----	-----
	2.156	159	(183)	2.132
	=====	=====	=====	=====

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia pode realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ATIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	12.806	11.436	12.837	11.473
Duplicatas a receber	114.904	116.770	114.904	116.770
Outros créditos a receber (c)	1.715	2.069	2.020	2.159
Títulos e valores mobiliários	1.894	-	1.894	-
Depósitos judiciais	5.636	3.187	5.636	3.187
Partes relacionadas	77.844	35.878	77.844	35.878
Outros créditos a receber (nc)	-	-	-	23
PASSIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	189.822	128.825	189.822	128.825
Fornecedores	42.607	42.359	42.625	42.378
Outras contas a pagar	12.844	7.636	12.844	7.636
Empréstimos e financiamentos (nc)	73.310	89.386	73.310	89.386
Partes relacionadas	19.860	14.224	17.834	12.431

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela Administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia são como segue:

Instrumentos financeiros	Controladora	
	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	8.467	6.473
Duplicatas a receber	28.125	30.583
Fornecedores	(641)	(2.688)
Empréstimos e financiamentos	(60.506)	(18.286)
Outras contas a pagar	(1.962)	(1.522)
-----	-----	-----
Total da exposição em Reais	(26.517)	14.560
-----	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	(5.103)	3.612
=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2021	Alta do Dólar	(5.103)	(7)	(6.638)	(13.269)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não havia contratos em aberto, passíveis de flutuação de preço.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à CDI estão demonstrados na nota explicativa nº 11 e vencem substancialmente no curto prazo. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a exposição às variações de mercado nas taxas de juros do CDI, para os empréstimos contratados são como segue:

Descrição	2020			2019	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	12.329	31	-	12.360	15.871
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	14.090	35	-	14.125	18.138
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	15.852	40	-	15.892	20.405
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	14.090	35	(72)	14.053	17.728
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	7.531	19	-	7.550	9.696
(referência à nota explicativa nº 11)				63.980	81.838
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: fevereiro/2020	-	-	-	-	838
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: maio/2020	-	-	-	-	2.120
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: janeiro/2021	5.000	21	-	5.021	5.026

Descrição	2020			2019	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: outubro/2024 (referência à nota explicativa nº 11)	10.000	19	-	10.019	-
				15.040	7.984
Contrato de empréstimo -- Juros: 294,0% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: março/2022 (referência à nota explicativa nº 11)	37.500	82	(340)	37.242	44.005
				37.242	44.005
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: outubro/2020	-	-	-	-	4.349
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: janeiro/2022 (referência à nota explicativa nº 11)	15.000	51	-	15.051	-
				15.051	4.349
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: fevereiro/2020	-	-	-	-	2.677
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: setembro/2020	-	-	-	-	2.547
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: agosto/2020	-	-	-	-	4.677
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: novembro/2020	-	-	-	-	1.835
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: março/2021	650	3	-	653	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2021 (referência à nota explicativa nº 11)	5.000	32	-	5.032	-
				5.685	11.736
Contrato de empréstimo -- Juros: 166,3% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal Vencimento: julho/2022 (referência à nota explicativa nº 11)	13.194	3	(312)	12.885	21.843
				12.885	21.843

Descrição	2020			2019	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,7% Contraparte: Banco Sofisa S.A Vencimento: novembro/2024 (referência à nota explicativa nº 11)	10.000	56	-	10.056	-
				10.056	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BOCOM BBM Vencimento: dezembro/2023 (referência à nota explicativa nº 11)	10.000	123	-	10.123	-
				10.123	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A Vencimento: outubro/2022 (referência à nota explicativa nº 11)	10.000	5	-	10.005	-
				10.005	-
	180.236	555	(724)	180.067	171.755
	=====	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2020, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio do principal	Cenários		
			Provável	II	III
2021	Alta do CDI	136.247	8.057	10.252	11.328
2022	Alta do CDI	56.110	2.430	4.004	4.454
2023	Alta do CDI	10.337	867	1.485	1.646
2024	Alta do CDI	2.738	199	358	399
		=====	=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima se referem à despesa de juros em seus respectivos cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos naquele ano.

O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários, considerando-se as taxas futuras do CDI e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito aos equivalentes de caixa. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez-- Os valores dos passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto		
		Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos	276.455	200.826	70.454	5.175
Fornecedores	42.625	42.625	-	-
Arrendamentos a pagar	970	928	42	-
Partes relacionadas	17.834	-	17.834	-
	-----	-----	-----	-----
	337.884	244.379	88.330	5.175
	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida consolidada da Companhia pode ser assim composta:

	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	263.132	218.211
Caixa e equivalentes de caixa	(12.837)	(11.473)
Títulos e valores mobiliários	(1.894)	-
	-----	-----
Total da dívida líquida	248.401	206.738
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	283.293	288.242
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	531.694	494.980
	=====	=====

18. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

A Administração da Companhia também gerencia seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações consolidadas por região geográfica:

	Consolidado	
	2020	2019
Vendas líquidas:		
Brasil	406.137	391.341
Outros países	67.128	70.172
	-----	-----
	473.265	461.513
	=====	=====

19. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e a sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2020	2019
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos de terceiros	(334.544)	(317.329)
Benefícios a empregados	(71.407)	(78.361)
INSS	(14.645)	(16.534)
Depreciação e amortização	(12.416)	(12.314)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	(19.509)	(2.292)
Custos com redução do volume de produção - COVID-19	(7.149)	-
Outros custos e despesas	(879)	(636)
	-----	-----
	(460.549)	(427.466)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2020	2019
Custo dos produtos vendidos	(399.663)	(364.944)
Vendas	(37.147)	(37.757)
Gerais e administrativas	(20.368)	(21.066)
Honorários da administração	(3.371)	(3.699)
	-----	-----
	(460.549)	(427.466)
	=====	=====

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas	567.652	553.681
Deduções das receitas	(94.387)	(92.168)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	473.265	461.513
	=====	=====

21. LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação foi calculado como segue:

	2020	2019	2019 (*)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(3.755)	10.604	10.604
Resultado atribuído à:			
Ações ordinárias	(1.204)	3.401	10.232
Ações preferenciais	(2.551)	7.203	372
Número médio ponderado de ações:			
Ordinárias	38.041.111	38.041.111	38.041.111
Preferenciais	73.258.019	73.258.019	1.258.019
	-----	-----	-----
	111.299.130	111.299.130	39.299.130
	-----	-----	-----
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:			
Ações ordinárias - R\$	(0,0317)	0,0894	0,2690
Ações preferenciais - R\$	(0,0348)	0,0983	0,2959
	=====	=====	=====

(*) Conforme publicado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Vide nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro (prejuízo) básico por ação é igual ao lucro (prejuízo) diluído por ação.

22. EFEITOS PANDEMIA – COVID-19

No exercício de 2020, decorrente da pandemia do coronavírus – COVID-19, houve uma redução forçada no nível de atividade econômica no país. A Companhia teve redução de 31,1% nos volumes de vendas no 2º trimestre do ano, o que impactou os volumes produzidos e consequentemente a absorção dos custos fixos de produção daquele trimestre. Esses custos foram levados diretamente ao resultado operacional do exercício, e foi na ordem de R\$7,1 milhões. Adicionalmente, outros efeitos não mensuráveis impactaram os custos da Companhia como a alta de preços na retomada da atividade econômica. A Companhia está operando normalmente desde meados de setembro de 2020 e não tem expectativa de perdas na realização de seus ativos e em sua rentabilidade para o próximo exercício.

Cenário para 2021 – COVID-19

Até a publicação das demonstrações financeiras, as unidades fabris estão operando normalmente mantendo os volumes de produção.

* * * * *